



DESTAQUES 2 A 5 DE ABRIL

NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DIREITO PÚBLICO

DESPACHO (EXTRACTO) N.º 4755/2012. D.R. N.º 68, SÉRIE II DE 2012-04-04
Assembleia da República - Gabinete da Presidente
Execução do artigo 26.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro (Contratos de aquisição de serviços)

DESPACHO N.º 4809/2012. D.R. N.º 69, SÉRIE II DE 2012-04-05
Ministério da Defesa Nacional - Gabinete do Ministro
Directiva para a revisão da Lei de Programação de Infraestruturas Militares (LPIM)

LEI N.º 15/2012. D.R. N.º 67, SÉRIE I DE 2012-04-03
Assembleia da República
Institui o Sistema de Informação dos Certificados de Óbito (SICO)

COMUNICAÇÃO SOCIAL

DESPACHO N.º 4642/2012. D.R. N.º 66, SÉRIE II DE 2012-04-02
Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares
Fixa para o ano de 2012 a verba para atribuição dos incentivos específicos em que se trata de apoiar a prossecução de actividades ou concretização de iniciativas de interesse relevante na área da comunicação social

EDUCAÇÃO

PORTARIA N.º 97/2012. D.R. N.º 69, SÉRIE I DE 2012-04-05
Ministério da Educação e Ciência
Fixa os montantes do subsídio anual por aluno concedidos ao abrigo de contratos simples e de desenvolvimento celebrados entre o Estado e estabelecimentos de ensino particular e cooperativo

“Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano”

Chambers European Excellence Awards, 2009; Shortlisted 2010, 2011/ Who's Who Legal Awards, 2006, 2008, 2009, 2010, 2011/The Lawyer European Awards- Shortlisted, 2010, 2011

“Melhor Sociedade de Advogados no Serviço ao Cliente”
Clients Choice Award - International Law Office, 2008, 2010, 2011

“5ª Sociedade de Advogados mais Inovadora da Europa”
Financial Times – Innovative Lawyers Awards, 2011


“Melhor Sociedade de Advocacia de negócios da Europa do Sul”
ACQ Finance Magazine, 2009

“Melhor Departamento Fiscal do Ano”
International Tax Review - Tax Awards 2006, 2008


Prémio Mind Leaders Awards™
Human Resources Suppliers 2007

 **DESPACHO N.º 4751-A/2012. D.R. N.º 67, SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2012-04-03**
Ministério da Educação e Ciência - Gabinete da Secretária de Estado do Ensino Básico e Secundário
Prorroga o período de vigência dos manuais escolares


EMPREGO / TRABALHO


 **PORTARIA N.º 95/2012. D.R. N.º 68, SÉRIE I DE 2012-04-04**
Ministérios da Economia e do Emprego e da Solidariedade e da Segurança Social
Segunda alteração à Portaria n.º 985/2009, de 4 de Setembro, que aprova a criação do Programa de Apoio ao Empreendimento e à Criação do Próprio Emprego (PAECPE), a promover e executar pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P., e regulamenta os apoios a conceder no seu âmbito


FINANCEIRO


 **AVISO N.º 5102/2012. D.R. N.º 68, SÉRIE II DE 2012-04-04**
Ministério das Finanças - Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I. P.
Taxa de juros para o mês de Abril


 **AVISO N.º 5103/2012. D.R. N.º 68, SÉRIE II DE 2012-04-04**
Ministério das Finanças - Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I. P.
Taxa de juros para o mês de Abril

 **DESPACHO N.º 4798/2012. D.R. N.º 69, SÉRIE II DE 2012-04-05**
Ministério das Finanças - Gabinete da Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças
Autorização da garantia pessoal do Estado às obrigações contraídas pela Electricidade dos Açores (EDA) e pela Empresa de Electricidade e Gás (EEG)

 **DESPACHO N.º 4799/2012. D.R. N.º 69, SÉRIE II DE 2012-04-05**
Ministério das Finanças - Gabinete da Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças
Autorização da garantia pessoal do Estado para cumprimento das obrigações de capital e juros no âmbito do empréstimo obrigacionista a emitir pelo BANIF - Banco Internacional do Funchal, S. A.

 **DESPACHO N.º 4800/2012. D.R. N.º 69, SÉRIE II DE 2012-04-05**
Ministério das Finanças - Gabinete da Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças
Autorização da garantia pessoal do Estado para cumprimento das obrigações de capital e juros no âmbito do empréstimo obrigacionista a emitir pelo BANIF - Banco de Investimento, S. A.

 **DESPACHO N.º 4801/2012. D.R. N.º 69, SÉRIE II DE 2012-04-05**
Ministério das Finanças - Gabinete da Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças
Autorização da garantia pessoal do Estado para cumprimento das obrigações de capital e juros contraídas pelas EGF - Empresa Geral de Fomento, S. A., e AdP - Águas de Portugal, SGPS, S. A.

 **DESPACHO N.º 4802/2012. D.R. N.º 69, SÉRIE II DE 2012-04-05**
Ministério das Finanças - Gabinete da Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças
Autorização da garantia pessoal do Estado para cumprimento das obrigações de capital e juros no âmbito do empréstimo obrigacionista a emitir pelo Banco Espírito Santo, S. A.

FISCAL

AT – AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

 **Ofício-Circulado 15019/2012 - STADA-IMPORTAÇÃO – 18ª Actualização do Manual da Declaração Aduaneira de Importação**


QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS / PROFISSÕES REGULAMENTADAS

 **PORTARIA N.º 96/2012. D.R. N.º 69, SÉRIE I DE 2012-04-05**

Ministério da Economia e do Emprego

Especifica as profissões regulamentadas abrangidas nos sectores das obras públicas, transportes e comunicações e designa as respectivas autoridades competentes para proceder ao reconhecimento das qualificações profissionais, nos termos da Lei n.º 9/2009, de 4 de Março

PREVIDENCIAL

 **DECRETO-LEI N.º 85-A/2012. D.R. N.º 69, SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2012-04-05**

Ministério da Solidariedade e da Segurança Social

Suspende o regime de flexibilização da idade de acesso à pensão de reforma por antecipação, constante do Decreto-Lei n.º 187/2007, de 10 de Maio, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, salvaguardando a situação dos desempregados de longa duração

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES – RAA

 **DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 15/2012/A. D.R. N.º 66, SÉRIE I DE 2012-04-02**

Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa

Estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade

 **DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 16/2012/A. D.R. N.º 68, SÉRIE I DE 2012-04-04**

Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa

Aprova o Código da Acção Social dos Açores

UNIÃO EUROPEIA

JORNAL OFICIAL DA UE

 **INFORMAÇÕES DAS INSTITUIÇÕES, ÓRGÃOS E ORGANISMOS DA UNIÃO EUROPEIA**

Taxa de juro aplicada pelo Banco Central Europeu às suas principais operações de refinanciamento a partir de 1 de Abril de 2012: 1,00 % — Taxas de câmbio do euro

COMISSÃO

 **The Economic Adjustment Programme for Portugal. Third review – Winter 2011/2012**

 **Condições de concorrência mais equitativas nos concursos públicos**

Novo regulamento garantirá às empresas europeias oportunidades de acesso ao mercado mundial dos contratos públicos idênticas às que a Europa oferece aos seus concorrentes.

COMUNICADOS

 Comissão examina as medidas fiscais aplicáveis aos **trabalhadores transfronteiriços**

 Comissão elimina encargos desnecessários ao **registo de veículos noutro Estado-Membro**

CONSULTA PÚBLICA

Consulta sobre o futuro do direito europeu de insolvência


Data limite: 21.06.2012

ENERGIA - Estabelecimento das listas de prioridades anuais para o desenvolvimento de códigos de rede e orientações para 2013 e anos seguintes

Data limite: 16.04.2012

GOVERNO DE PORTUGAL

Governo suspende regime de pensões antecipadas excepcionando os desempregados

 Comunicado MSSS suspensão imediata das pensões antecipadas

Mota Soares explica funcionamento da proposta do Governo para o Subsídio de Maternidade

«Uma das propostas que o Governo está neste momento a discutir passa por acabar com essa situação de injustiça social [das mães que sejam despedidas perderem o direito ao subsídio de maternidade], garantindo que as mães, a partir do momento em que têm condições para pedir o subsídio de maternidade, o mantenham sempre, mesmo nos casos em que há um despedimento», afirmou o Ministro da Solidariedade e da Segurança Social, Pedro Mota Soares, à saída de uma reunião com a Presidente da Assembleia da República, Assunção Esteves. Em declarações aos jornalistas, o Ministro explicou que a proposta do Governo entregue aos parceiros sociais na área das prestações sociais tem esta mudança «muito significativa» no caso das mães trabalhadoras. Com a legislação actual, que ainda se mantém em vigor, as mães trabalhadoras que sejam despedidas antes de começarem a receber o subsídio de maternidade perdem o direito a esta prestação social.

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 05 DE ABRIL DE 2012

O Conselho de Ministros aprovou, entre outros, o seguinte:

- Proposta de lei que procede à primeira alteração ao regime jurídico da luta contra a dopagem no desporto, de modo a conformá-lo com os princípios estruturantes do Código Mundial Antidopagem, enquanto documento internacional fundamental no combate à dopagem.
- A criação de uma linha de crédito no montante global de 50 milhões de euros, com juros bonificados, dirigida prioritariamente a operadores que exerçam actividade no sector da pecuária extensiva, nomeadamente bovinicultura, caprinicultura, ovinicultura, equinicultura e suinicultura, bem como para operadores em outras actividades agrícolas
- Diploma que altera os valores devidos pelo pagamento de actos das autoridades de saúde e de serviços prestados por outros profissionais de saúde pública. O diploma agora aprovado visa isentar do pagamento de nova taxa o acto de renovação de atestado médico de incapacidade multiuso, nas situações de incapacidade permanente, não reversível mediante intervenção médica ou cirúrgica. Nas situações em que essa incapacidade não seja permanente e irreversível, é ainda reduzido, de 50 euros para 5 euros, o valor a cobrar pela renovação do atestado, em processo de revisão ou reavaliação do grau de incapacidade.
- O Governo criou a Comissão Instaladora do Centro Nacional de Cibersegurança, que tem por missão definir as medidas e os instrumentos necessários à criação, instalação e operacionalização em Portugal de um Centro Nacional de Cibersegurança

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

 **Acórdão n.º 179/2012** - Tribunal decide pronunciar-se pela inconstitucionalidade do diploma que cria o crime de enriquecimento ilícito, o Decreto n.º 37/XII da Assembleia da República

BANCO DE PORTUGAL

RELATÓRIO DE ACTIVIDADE DO CNSF (CONSELHO NACIONAL DE SUPERVISORES FINANCEIROS) - 2011

CARTAS-CIRCULARES

10/2012/DET - Solicita o preenchimento de um questionário a fim de se avaliar o projecto de entrega e levantamento de notas não faceadas e não orientadas (NFNO) nas tesourarias das Delegações Regionais da Madeira e dos Açores, e, a possibilidade de alargamento a outras tesourarias do Banco.

CMVM

Primeira reunião do Fórum CMVM/PME para o Mercado de Capitais, que tem como objectivo identificar medidas que facilitem o acesso das PME ao mercado de capitais e a outras fontes de financiamento alternativas ao crédito bancário

DGAEP – DIRECÇÃO-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO E DO EMPREGO PÚBLICO

GESTORES PÚBLICOS – TABELA REMUNERATÓRIA

Encontra-se disponível a [tabela remuneratória](#) relativa aos Gestores Públicos, cujos valores são determinados pela aplicação dos critérios aprovados pela [Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012](#), de 14 de Fevereiro, considerando designadamente a complexidade, a exigência e a responsabilidade associada às respectivas funções, bem como as práticas normais do mercado no respectivo sector de actividade.

Poderá ainda ser consultada outra informação sobre a presente matéria em [Gestor Público](#)

BANCO CENTRAL EUROPEU

DECISÕES DE POLÍTICA MONETÁRIA

Na reunião de 4 Abril, o Conselho do BCE decidiu que a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento e as taxas de juro aplicáveis à facilidade permanente de cedência de liquidez e à facilidade permanente de depósito permanecerão inalteradas em 1.00%, 1.75% e 0.25%, respectivamente.

A presente Newslettter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstracta, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslettter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contacte-nos: plmjlaw@plmj.pt.
